

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD (CERFEAD)
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**O FENÔMENO DA REPETÊNCIA EM UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES**

**Trabalho de Conclusão
FERNANDA FERNANDES RODRIGUES**

**Florianópolis/SC
2017**

FERNANDA FERNANDES RODRIGUES

**O FENÔMENO DA REPETÊNCIA EM UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como requisito parcial para Certificação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dra. Maria dos Anjos Viella

Florianópolis/SC

2017

FERNANDA FERNANDES RODRIGUES

**O FENÔMENO DA REPETÊNCIA EM UM CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES**

Este Trabalho de Conclusão foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (CERFEAD/IFSC).

Florianópolis,

.....
Prof. Carlos Alberto da Silva Mello, MSc.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof^a Maria dos Anjos Lopes Viella, Doutora - Orientadora

.....
Prof^a Paula Alves de Aguiar, Doutora

.....
Prof^a Márcia Eunice Lobo, Doutora

AGRADECIMENTOS

À ENERGIA que brilha e mora em mim, que me move sempre para o melhor caminho;

À MINHA MÃE, professora na rede pública, que mesmo com a insistente desvalorização da profissão, sempre se mostrou firme e motivada com o seu compromisso enquanto educadora e gestora. Ensinou-me a amar lidar com pessoas, arte, saúde e educação;

AO MEU PAI, disciplinado e dedicado em tudo o que faz, por ser o meu maior exemplo de profissionalismo e por me mostrar o valor do trabalho e do estudo;

AO MEU IRMÃO, por me fazer pensar que preciso ser melhor a cada dia, não para os outros, mas pra mim mesma;

Ao Câmpus Itajaí do IFSC, por me permitir vivenciar todas as etapas da sua implantação. Para mim é uma honra fazer parte desta história;

Aos 27 participantes desta pesquisa, por cederem um pouco do seu precioso tempo e atenção;

E por último, e não menos importante, à minha orientadora, Profa. Dra. Maria dos Anjos Viella, por ser tão atenciosa, preocupada e comprometida.

RESUMO

RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **O fenômeno da repetência em um curso técnico integrado ao ensino médio: desafios e possíveis intervenções**. Ano. 2017 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017.

A presente pesquisa qualitativa teve como objetivo verificar as causas do fenômeno da repetência em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em um Câmpus em implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, também se buscou analisar o que já tem sido realizado para enfrentar esta problemática. Foram aplicados questionários com os diversos segmentos (gestão escolar, equipe pedagógica, docentes e discentes), totalizando 27 sujeitos. Verificou-se que ainda se tem a cultura de que é o aluno repetente o responsável pelo seu fracasso, visto que ele é “desinteressado”, “não tem o hábito de estudos” e ingressou no Ensino Médio “despreparado”. Sabe-se, contudo, que esta cultura da exclusão se reproduz e se alimenta a partir da repetência, prática esta materializada por décadas.

Palavras-chave: Repetência Escolar; Fracasso Escolar; Educação Profissional e Tecnológica.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

RODRIGUES, Fernanda Fernandes. **Repetência na EPT**. Ano. 2017 f. Trabalho de Conclusão (Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017.

The present qualitative research had as objective to verify the causes of the phenomenon of the repetition in an Integrated Technical Course to High School in a Campus in implantation of the Federal Institute of Professional and Technological Education. In addition, we also sought to analyze what has already been done to solve this problem. Questionnaires were applied with the different segments (school management, pedagogical team, teachers and students), totaling 27 subjects. It has been found that there is still a culture of the student being responsible for his failure, since he is "disinterested", "not in the habit of studies" and entered unprepared in the High School. It is known, however, that this culture of exclusion reproduces itself and is nourished from repetition, a practice that has materialized for decades.

Palavras-chave: **School rerouting**; School Failure; Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Tema e problema.....	9
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo Geral.....	9
1.2.2 Objetivos Específicos.....	9
1.3 Procedimentos metodológicos	9
1.3.1 Caracterização da pesquisa	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A Repetência Escolar: aspectos gerais.....	12
2.2 A Repetência Escolar na Educação Profissional de Ensino Médio no Brasil.....	17
3 RESULTADOS DE PESQUISA.....	21
3.1 A Instituição Estudada.....	21
3.2 Análise de Dados.....	28
3.2.1 Os fatores que causam a Repetência.....	29
3.2.2 Hierarquização dos fatores que influenciam na Repetência.....	31
3.2.3 A percepção do papel do servidor para a diminuição do índice de repetência: estratégias já utilizadas.....	34
3.2.4 A Repetência pela percepção do aluno.....	35
3.2.5 As possíveis intervenções para a diminuição do fenômeno da repetência.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
5 REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A educação de qualidade, conforme coloca Silva et al. (2016, p. 445), é um dos fatores considerados fundamentais para o desenvolvimento político e econômico de um país. É com a educação, também, que se espera formar indivíduos capazes de atuar para além de meras habilidades técnicas adquiridas, mas sim, com a capacidade de pensar criticamente como sujeito ativo em sociedade.

No Brasil, contudo, dentre as várias questões a serem enfrentadas para se aproximar dessa tão almejada qualidade na educação, destacam-se em duas: a reprovação e o abandono escolar (SILVA et al., 2016, p. 449). Os dados dos INEP evidenciam a preocupação com os índices de reprovação e abandono, uma vez que, em 2014, houve uma taxa de 13,1% de reprovação a nível de Ensino Médio nas escolas federais brasileiras, sendo 19,7% só no 1º ano, 11,8 no 2º ano e 7% no terceiro. Considerando toda a Rede Federal, Estadual e Municipal, o índice de reprovação no Ensino Médio no Brasil é de 12,1%.

Por ser frequente, o que ocorre é a naturalização do fenômeno da repetência na escola, e as estratégias usadas para enfrentá-lo acabam sendo pouco eficazes, ou reforçam a dificuldade do aluno, uma vez que a repetência também acarreta consequências como o desenvolvimento da crença de incapacidade ou inadequação no aluno. A repetência, desta forma, configura-se como um processo de exclusão, por fazer parte e reproduzir relações e desigualdades de um sistema social vigente.

No ensino médio em uma escola pública, na qual desigualdades e vulnerabilidades sociais são fortemente presentes, a repetência pode ter uma incidência bastante elevada, como se pode ver na primeira turma do Ensino Médio Integrado no Câmpus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina. No primeiro semestre de 2015, 42,5% dos alunos reprovaram. Diante do exposto, o enfrentamento do fenômeno da repetência não se torna somente um desafio, mas sim uma necessidade, uma vez que um Câmpus ainda em fase de implantação não pode naturalizar este fenômeno.

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Quais são os fatores que têm influenciado o alto índice de repetência no Curso Técnico Integrado em Mecânica no Câmpus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina e que ações podem ser desenvolvidas para minimizar este índice, respeitando as políticas institucionais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender alguns fatores que têm influenciado o alto índice de repetência no Curso Técnico Integrado em Mecânica no Câmpus Itajaí do Instituto Federal de Santa Catarina e apontar ações que podem ser desenvolvidas para minimizar este índice.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar os fatores que influenciam na repetência escolar, considerando a perspectiva dos diversos segmentos (do aluno, do professor, da equipe pedagógica e da gestão escolar)
- b) apresentar algumas alternativas para minimizar o fenômeno da repetência;
- c) mapear e analisar as estratégias já utilizadas pelos segmentos do câmpus para a redução da repetência escolar.

1.3 Procedimentos metodológicos

Foi feita uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como população uma amostra de dez (10) alunos repetentes do Curso Técnico Integrado em Mecânica do Câmpus Itajaí; dez (10) docentes efetivos que ministram aulas no referido curso; quatro (4)

servidores da equipe pedagógica do Câmpus (pedagoga, psicóloga, assistente social e técnica em assuntos educacionais); além do Diretor, do Chefe de Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Chefe do Departamento de Administração do Câmpus, envolvendo um total de vinte e sete (27) sujeitos.

Os alunos participantes foram escolhidos aleatoriamente, mediante interesse e disponibilidade em participar, de um montante de alunos repetentes no Curso Técnico Integrado em Mecânica do Câmpus Itajaí do IFSC do primeiro semestre de 2017, que estavam no primeiro, segundo e terceiro módulo do curso. Dos dez (10) primeiros alunos convidados a participar, todos demonstraram interesse e não se negaram a preencher o questionário. Caso algum aluno se negasse ou não pudesse responder, outro aluno repetente seria convidado a participar, de forma a ter pelo menos dez (10) alunos participantes, buscando garantir a fidedignidade dos resultados da pesquisa.

Da mesma forma ocorreu com os docentes: dos efetivos e que ministram aulas no Curso Técnico Integrado em Mecânica do Câmpus Itajaí do IFSC, os dez (10) primeiros convidados não se negaram a participar e assim fizeram. Com a equipe pedagógica não foi diferente. Os servidores foram convidados a participar, e, caso não houvesse interesse ou disponibilidade, outro servidor seria convidado. Com a gestão também não houve negação ou indisponibilidade em participar da pesquisa.

Cabe salientar que os questionários foram desenvolvidos e respondidos online, utilizando a ferramenta “Limesurvey” Versão 2.06, sendo quatro (4) questionários diferentes, um para cada segmento.

1.3.1 Caracterização da pesquisa

Foram aplicados questionários de forma a verificar a percepção que estes sujeitos da pesquisa têm em relação ao processo de reprovação e o que se tem feito para a redução desta. A partir dos dados coletados, foram elencados os aspectos que se mostram recorrentes no processo de reprovação e foram apontadas

sugestões de intervenções, embasando-se nas políticas institucionais do IFSC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A REPETÊNCIA ESCOLAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E GERAIS

O significado de repetência no âmbito escolar, conforme Vasconcellos (2013, p. 201), está relacionado a pelo menos dois processos: a continuidade; e a transição entre os períodos escolares, gerando a promoção para a série seguinte. Relacionar repetência à avaliação e à frequência, como usualmente se faz nas instituições de ensino para se organizar estes dois processos, é uma definição limitada sobre o fenômeno. A temática do fracasso escolar demanda um olhar amplo sobre o contexto em que ele se materializou.

Até porque, conforme Aguiar (2015), o fracasso escolar, bem como, a reprovação, está vinculada a questões sociais, à autoestima do aluno, a sua capacidade de aprender, de acreditar e se sentir capaz de adquirir um conhecimento. É necessário, desta forma, o cuidado ao se indicar suas possíveis causas e culpados (DAMASCENO, COSTA e NEGREIROS, 2016). Neste sentido, a busca e a análise dos aspectos históricos, bem como, do que as pesquisas já trazem sobre o fenômeno da repetência se faz relevante.

Moura e Silva (2007) salientam que o tema reprovação, apesar de dar a impressão de ser um tema recente, tem sido o foco de pesquisas há algum tempo. A semântica da palavra reprovação se remete à rejeição, condenação, negação da capacidade de sucesso, gerando angústia aos envolvidos no processo de ensino. Ela é praticada há 2200 anos A.C quando os chineses analisavam seus soldados para promovê-los ou demiti-los.

Com o surgimento das ideias liberais, que transmitiam aos trabalhadores pobres a crença de um mundo com oportunidades iguais para todos, acabou-se por não se desenvolver uma reflexão crítica das relações sociais, políticas e culturais intrínsecas a esta crença ideológica. Além disso, ainda segundo Moura e Silva (2007, p. 2), “os liberais reconheciam as aptidões naturais como determinantes do sucesso ou do fracasso do indivíduo.”

A concretização do capitalismo no Brasil desencadeou um processo de “seleção” no sistema de ensino, visto que, caso todos alcançassem o almejado sucesso, faltaria mão de obra necessária na indústria. As reprovações e exclusões se iniciaram e foram justificadas pelas diferenças individuais. Ainda, tem-se:

As pesquisas revelam que a princípio as dificuldades de aprendizagem eram atribuídas a aspectos de origem congênita, hereditária ou disfunções neurológicas. Em seguida os fatores externos à escola, como situação sócio-econômica e cultural passaram a ser pesquisados como determinantes de possibilidades de superação das dificuldades que se apresentam no processo de escolarização. Pesquisas mais recentes apontam os fatores intra-escolares, sistemas de ensino e políticas educacionais como parceiros na responsabilidade pelos altos índices de reprovação e evasão escolar. (MOURA ; SILVA, 2007, p. 3)

Sousa (2010, p. 104) coloca que a repetência é usualmente vista como uma medida apropriada a um sistema educacional que pretende ter qualidade, assumindo que esta se dá através de seletividade e a exclusão. Historicamente, a aplicação de uma avaliação, como a prova, ganha destaque para esta seleção, usando o seu resultado para comprovar o desempenho, satisfatório ou não. Contudo, essa avaliação, conforme aponta Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012 apud Damasceno, Costa e Negreiros 2016) reduz o quanto o aluno aprendeu em um determinado espaço de tempo. O que acontece é a anulação das variadas formas e o tempo de cada sujeito para aprender.

Ainda, conforme dados trazidos por Gil (2015), os exames na escola, na qual há registros de sua prática desde 1599, podem se configurar como um exercício de poder. No Brasil, desde o século XIX, a partir do desempenho observado nos exames, os alunos já eram classificados como aprovados ou reprovados. Cabe mencionar que os exames, e, conseqüentemente a reprovação, obedece a um “tempo escolar”, um sistema social. Contudo, sabe-se que o fenômeno da repetência não se configura como uma mera consequência automática dessa padronização dos “tempos escolares” ou ritmos escolares, até porque a seriação e homogeneidade das classes só foram estabelecidas por lei, no Brasil, mais tarde.

Essa organização seriada no Brasil surgiu no sentido de viabilizar a racionalidade pedagógica “considerada coerente, durável” (SOUZA, 2006 apud GIL, 2015). A intenção era que os conteúdos fossem ensinados da mesma maneira e ao mesmo tempo, assim, o desempenho dos alunos deveria ser igual. Para a organização destas classes seriadas, utilizaram-se dois recursos: avaliação das capacidades do aluno a partir de testes psicológicos; e avaliação do desempenho escolar. Os alunos que não atingiam os padrões de “normalidade” eram reprovados, e esta reprovação era considerada necessária e adequada para o funcionamento da escola. A elite brasileira se interessou por essa lógica, tendo como justificativa utilizar a escolarização para “organizar a nação” (GIL, 2015).

Ao longo do tempo, mediante necessidade desta organização social e interesse político, foram várias as teorias que buscaram explicar o fenômeno da repetência, bem como, o fracasso escolar. A teoria racista, por exemplo, com seus valores trazidos a partir da Revolução Francesa, ligadas ao sistema de produção capitalista, gerava desigualdades raciais, pessoais e culturais. Entre 1850 a 1930, cientistas alegavam que brancos teriam intelecto superior aos negros (AGUIAR, 2015, p. 23).

Patto (2010) traz as ideias da teoria da carência ou da privação cultural, esta que foi desenvolvida nos Estados Unidos, nos anos 60. Para esta teoria, as crianças de classes desfavorecidas economicamente sofriam um déficit cultural, ou seja, não havia estímulos sensoriais, motores, linguísticos que as ajudassem a se desenvolver. Essa deficiência cultural, entendida como fora do padrão, era a suposta causa do fracasso escolar.

Essa Teoria, em específico, traz uma discussão pertinente no que se refere ao fracasso escolar nas Instituições públicas: o professor destas instituições não estaria preparado para atuar junto aos alunos das classes desfavorecidas. Até porque este aluno não se encaixaria no padrão de aluno ideal esperado pelo professor, uma vez que o padrão cultural de professor em comparação com a do aluno era bastante distinto.

Ainda trazendo ideias que reforçam as desigualdades sociais, tem-se a teoria crítico-reprodutivista, que entendia que a função da escola era reproduzir a cultura

dominante. Ou seja, a classe trabalhadora seria rejeitada, negada, excluída, mediante uma ilusão de neutralidade, criada pelo sistema de ensino. Há também um grupo de teóricos que acredita que a educação é um instrumento que tem o papel de promover a igualdade social. Estas ideias fazem parte das “teorias não críticas”. Já há outro grupo que entende totalmente o oposto, que a educação reforça a discriminação por ser um produto das relações sociais, sendo estas ideias pertencentes ao grupo das “teorias críticas” (AGUIAR, 2015).

Mesmo diante destas diferentes concepções das funções da escola e mesmo se verificando que a repetência é um processo construído a partir da necessidade de “exclusão” pela classe dominante, o que ainda se percebe no senso comum é que, constantemente, a repetência é associada a deficiências individuais do aluno, sejam elas físicas, ou cognitivas, como retardo mental, hiperatividade, déficit de atenção. Porém, o fenômeno da repetência engloba um conjunto de fatores, e não se pode correr o risco de atribuir suas causas a uma determinada causa, isoladamente. Comete-se o erro de reduzir o aluno às suas especificidades, “como se unicamente, elas fossem fator determinante ao fracasso” (DAMASCENO, COSTA e NEGREIROS, 2016).

Não é a toa que em pesquisa feita por Gatti, Patto, Costa, Kopit, Almeida (1981) não foi possível compreender seguramente qual variável, ou quais variáveis, física ou psicológica, que isoladamente respondem à questão da reprovação. Ao contrário, desmistifica-se que as causas da reprovação são as deficiências biológicas, físicas, desintegração dos lares, deficiências cognitivas, dentre outros.

Assim, como apontado por Arroyo (1997), o fracasso e o sucesso escolar não podem ser analisado apenas a partir de diagnósticos tradicionais reducionistas, que os definem a partir de supostas capacidades dos alunos ou do grau de eficiência dos métodos dos professores. É necessário perceber a estrutura e o funcionamento do sistema educacional. O fracasso escolar, ou ainda, a repetência, pode ser entendida como um produto da organização escolar.

Para este autor, a cultura reproduzida na escola legitima processos de exclusão socialmente construídos: “quanto mais se degradam as condições sociais dos

setores populares, mais seletiva se torna a escola, mais difícil se torna à infância e à adolescência acompanhar o elitismo de seus processos excludentes” (ARROYO, 1997, p.18)

Arroyo (1997) também coloca que pesquisas já mostram que a cultura escolar estigmatiza e rotula os setores populares. Os alunos de classes mais baixas já chegam à escola defasada, sem interesse e muitas vezes cheia de preconceitos relacionados ao papel social previsto para estes alunos: ser pedreiro, faxineira, empregada. Abramowicz (1996, p. 167) colabora com a reflexão ao afirmar que a repetência está associada ao cumprimento de regras estabelecidas pela escola, e não necessariamente à questão do saber.

É notório que a estas regras implícitas na organização da escola vem se reproduzindo há séculos e acabaram por se tornar “naturais”. Tanto que, também conforme Abramowicz (1996, p. 168), é comum se ter a ideia que a aprendizagem é, necessariamente, progressiva, cumulativa, linear, trabalhosa.

Como consequência desta naturalização e destes padrões estabelecidos, a escola acaba também por influenciar significadamente no perfil do egresso e do futuro trabalhador, “perfil” este coerente com o modo de produção capitalista. O aluno deve se adaptar a um determinado saber e valor da sociedade. Assim, os professores produzem os “dóceis aprendizes” quando animam os silenciosos e vigiam os ativos, gerando homogeneidade e excluindo a subjetividade dos sujeitos.

O que se percebe é que os alunos considerados “bons” seguem um padrão de comportamento e postura. Assim, conforme sinaliza Patto (1992), os alunos apontados como problemáticos certamente precisariam de atendimento “fora da escola”. Contudo, mesmo nestes casos, muitas vezes as atitudes tomadas dentro da escola podem agravar a dificuldade no aluno. Sabe-se, porém, que não são os professores ou profissionais da educação os grandes culpados deste ciclo, visto que eles também são produtos e porta-vozes da visão de mundo da classe hegemônica e vítimas da política educacional tecnicista.

Em Instituições na qual o foco é formar profissionais preparados para o mundo de trabalho, essa política tecnicista, que exclui a subjetividade dos alunos, e que

reduz o desempenho dos alunos a capacidades padronizadas, a reprovação poderá se mostrar mais recorrente.

2.2 A REPETÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Para se analisar a repetência em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, ofertado por uma Instituição pública de educação profissional e tecnológica, é relevante verificar o que a literatura traz sobre a temática considerando as características sociais e econômicas do país, bem como, como este fenômeno ocorre no ensino público, no ensino médio e a educação profissional.

Assim, como afirmam Shirasu e Arraes (2015), comparando-se aos países desenvolvidos, a educação no Brasil começou a ganhar importância tardiamente. Foi após a primeira Guerra Mundial e com a industrialização que a escolarização começou a ser valorizada. Ainda se sabe que, nos anos 90, após a aprovação da Lei nº 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a educação passa a ser um direito universal. Contudo, segundo os mesmos autores, mesmo com o aumento do acesso à Educação, as medidas políticas não são eficazes no sentido de melhorar os indicadores educacionais do país.

O Brasil, conforme dados da UNESCO (2012), está entre os países que mais reprovam no mundo (SILVA, et al, 2015). Entretanto, como sugerem Shirasu e Arraes (2015), o baixo desempenho escolar neste país pode estar atrelado à fraca eficiência no gerenciamento dos gastos com a Educação, uma vez que, em 2012, o Brasil chegou a gastar aproximadamente 5,2 % do seu PIB com a educação, número este superior a países como o Japão, Coréia e Austrália, por exemplo, que foi de 4,8%, no mesmo período. Sabe-se ainda que a evasão e a repetência são consideradas umas das principais falhas do sistema educacional brasileiro e é no ensino médio que eles apresentam índices maiores. Conforme os mesmos autores,

esta situação tem sido combatida por algumas escolas através de práticas pedagógicas diferenciadas.

O estado do Ceará, por exemplo, aumentou o número de escolas em tempo integral, fez parcerias com indústrias locais para o fornecimento de estágio remunerado aos alunos, melhorou a infraestrutura das escolas, promoveu qualificação para os professores e incentivos os gestores, professores, alunos e equipe pedagógica. Como resultado destas estratégias, o Ceará apresentou o menor índice de reprovação e evasão comparado aos demais estados em 2008.

Já, em pesquisa no Câmpus Ivaiporã do Instituto Federal do Paraná, na qual os alunos, professores, gestores e equipe pedagógica foram entrevistados para se verificar o que cada segmento atribuía as reprovações, notou-se que há um consenso em relação às possíveis causas. Os discentes atribuíram a eles mesmos a responsabilidade pelas reprovações, assim como os professores, que relataram como motivos o desinteresse do aluno, a indisciplina, a infrequência e a falta de domínio de conteúdos básicos. Já o gestor atribuiu à reprovação a defasagem de conhecimentos escolares dos anos anteriores e a equipe pedagógica coloca que a reprovação é multifatorial (SILVA, et al, 2015).

Já em outro estudo realizado por Pinto, Delgado e Martins (2015), com três escolas públicas de referência do grande Porto, em Portugal, cujo objetivo era conhecer as percepções de 638 alunos do ensino profissional sobre o (in)sucesso escolar entre 2007 e 2010, verificou-se uma relação de causa e efeito entre alunos desmotivados nas aulas com a retenção modular e as metodologias utilizadas pelos professores. Além disso, segundo a mesma pesquisa, os professores destas escolas consideraram que a adaptação do método de ensino à diversidade de alunos, bem como, a manutenção do bom clima de trabalho na sala é uma tarefa difícil e que não favorece aos alunos com risco de insucesso escolar. Desta forma, os conhecimentos prévios dos alunos, a desmotivação e o desinteresse pelos conteúdos são as causas que os professores consideraram mais relevantes para o insucesso modular e para o abandono nos cursos.

Guerreiro-Casanova, Dantas e Azzi (2015), em pesquisa que analisa a autoeficácia acadêmica de 886 estudantes de onze escolas do Ensino Médio em escolas públicas paulistas, mencionam o gênero, a idade, o nível de escolaridade do pai, a intenção de ingressar no Ensino Superior como as variáveis pessoais e escolares que mais se relacionam com os níveis de autoeficácia acadêmica destes estudantes. As mais importantes variáveis, segundo eles, é o gênero e a intenção de ingressar no ensino superior.

Barra e Pacheco (2015) também trazem dados bastante relevantes em relação aos alunos repetentes do Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás, ingressantes nos Cursos Técnicos de Química e Informática entre 2013 e 2014. Após análise do desempenho acadêmico destes alunos, constatou-se que até o atraso das notas atrapalha o acompanhamento do rendimento dos estudantes, caracterizando-se assim, como um sério problema quando se refere à problemática reprovação.

O Serviço de Psicologia do Instituto Federal do Piauí – IFPI, Câmpus Parnaíba realizou uma pesquisa-ação com 12 discentes repetentes do Ensino Médio Integrado e constatou:

Percebem (os discentes) como motivos para reprovar a falta de compromisso; falta de estudo no horário disponível; a sobrecarga de disciplinas e conteúdos; às vezes se preocupar mais com as atividades dos colegas do que com as próprias e sentar atrás o que faz com que se distraiam muito. Os sentimentos advindos da reprovação foram os de fracasso, incompetência, impotência e vergonha; um aluno relata que foi merecido, já esperava, não foi a sua primeira reprovação e por isso não se abalou” (ALENCAR, 2016, p. 48).

Já Franceschini, Miranda-Ribeiro e Gomes (2016), contemplam em seu estudo, dentre outras informações, que mulheres que se autodeclaram pretas e pardas apresentaram maiores chances de reprovação quando comparadas às que se autodeclaram brancas. Quando se tem filha ou está grávida, o risco de reprovação reduz para as brancas igualando-se ao risco das que se consideram pretas.

Também discutindo sobre desigualdades sociais e reprovação, Paula (2012), em pesquisa cujo objetivo era investigar as influências destas sobre o desempenho escolar em alunos do ensino médio em Belo Horizonte, trouxe dados interessantes

sobre os fatores chamados por ela de sociofamiliares. Um exemplo é a relação entre o acesso ao computador e o desempenho escolar, na qual se verificou que não há diferença de desempenho escolar entre os alunos que possuem esta tecnologia e alunos que não a possuem em casa.

Ainda nesta mesma pesquisa, Paula (2012) destacou a relativa importância da presença de livros em casa para o melhor desempenho do aluno, contudo, o fato de se ter o livro em casa não significa que seus pais ou eles mesmos cheguem a lê-los. Já comparando os alunos que já estão inseridos no mercado de trabalho, com os alunos que somente estudam, estes últimos apresentaram melhor desempenho escolar. No que se refere a ajuda dos pais para se realizar os deveres de casa, aqueles que solicitam ajuda tendem a ter melhor desempenho escolar.

Nota-se que a resolução da questão da reprovação só poderá ser encarada a partir do momento em que os alunos, docentes e família entenderem que eles são os principais atuantes no processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, conforme a abordagem vygotskyana *“o homem é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações que acontecem em uma determinada cultura. O que ocorre não é uma somatória entre fatores inatos e adquiridos e sim uma interação dialética que se dá.”* (NEVES e DAMIANIM, 2006). Assim, o processo de reprovação, acima de tudo, é uma problemática que deve ser refletida e discutida por todos da comunidade acadêmica, incluindo professores e família.

Até porque, a repetência é um processo construído historicamente, multifatorial e parte de um sistema maior, excludente. A participação ativa de todos os atores neste processo é fundamental para a diminuição do seu elevado índice.

3 RESULTADOS DE PESQUISA

3.1 A Instituição Estudada

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conforme dados do documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia através do Ministério da Educação. São 38 Institutos em todo o Brasil com cerca de 400 câmpus, na qual o foco é atuar em cursos técnicos (50% das vagas), na maioria na forma integrada ao ensino médio, licenciatura, bem como, programas especiais de formação pedagógica (20% das vagas) e graduações tecnológicas e pós-graduações. Esta expansão priorizou, dentre um conjunto de aspectos, a implantação de unidades de ensino em municípios com percentual elevado de extrema pobreza,

Em 2014, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) elaborou um documento que tem como propósito orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos alunos na Rede Federal de Ensino. Segundo o documento, entender a evasão e a retenção, este último que é o foco deste estudo, implica em articular ações que deem conta do atendimento ao público diversificado, que é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Já o Plano Nacional de Educação, que é um instrumento de planejamento do Estado que orienta a execução das políticas públicas, traz metas para a melhoria da qualidade de educação. Em sua meta 11, estratégia 11.1, menciona a expansão de matrículas da educação profissional técnica de ensino médio na Rede Federal de Educação. Tem-se aí uma responsabilidade e desafio grande para a Rede IF, uma vez que a promoção de novas turmas necessita que as já em andamento estejam com poucas pendências. Assim, não haverá turmas lotadas, ou muitas turmas dos

mesmos módulos, evitando o aumento da Carga Horária docente em sala de aula ou mais contratações. Salienta-se, contudo, que a Rede deveria ocupar-se primeiramente em garantir a qualidade da educação, reduzindo os índices de reprovação e evasão. Isto porque, em um Câmpus em implantação, a reprovação e a evasão não podem ser “naturalizadas”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina é uma instituição de ensino que há mais de cem anos atua de forma a seguir a sua missão, que é formar cidadãos por meio da educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, ano de sua criação como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, tinha como objetivo oferecer educação profissional para as classes sociais menos favorecidas. No ano de 2017 tem 22 Câmpus em toda Santa Catarina, mais um CERFEAD, Centro de Referência em Formação e EaD.

O Câmpus Itajaí do IFSC

Em Itajaí, o IFSC começou a atuar em 2008, quando, junto à Prefeitura desta cidade, por meio da Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí – FEAPI, oferta o Curso de Técnico em Pesca para 35 alunos. A FEAPI foi a responsável pela contratação dos professores e pela disponibilização do espaço e o IFSC pela estruturação do Projeto Pedagógico, coordenação, supervisão e emissão de certificados. Também neste ano, a Prefeitura Municipal de Itajaí demonstra interesse em instalar um Câmpus do IFSC com o objetivo de ofertar cursos profissionalizantes na área da Pesca e Construção Naval. Em contrapartida, a Prefeitura doaria um terreno de 30000 Km² para a construção deste Câmpus.

Para atender a Lei nº 11892/2008, que cria os Institutos Federais, o Câmpus Itajaí tem ofertado Cursos nos eixos tecnológicos de controle e produção industrial, recursos naturais e produção alimentícia, nas modalidades de Ensino Técnico Subsequente, Concomitante e Integrado, Cursos de Formação Inicial e Continuada, FIC PROEJA, Cursos de Graduação e Pós-graduação Lato sensu e Stricto sensu. Em 2017, são cerca de 1400 alunos matriculados, atendendo a toda da AMFRI - Associação do Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí.

Salienta-se que, ainda conforme a Lei de criação dos Institutos Federais, em seu Art. 7º, inciso I, que é prioritária a oferta do ensino médio na forma integrada, ou seja, nesta modalidade de oferta o aluno faz o ensino médio de forma articulada ao ensino técnico. Assim, o Câmpus Itajaí, mediante arranjo produtivo local, passou a ofertar o Curso Técnico em Mecânica no ano de 2015. São 40 vagas por semestre, totalizando 80 vagas anuais, sendo prioritariamente matutino o período de oferta. Para atender a este curso, o Câmpus possui oito salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, física, química, biologia, sala temática de educação física e espaços de convivência, como cantina, auditório, átrio e pátio.

Neste Curso, conforme Anuário Estatístico da Pró-Reitoria de Ensino do IFSC, que utilizou o ano base de 2016, 72,97% dos alunos matriculados são do sexo masculino, entre 15 a 17 anos de idade, sendo 62,16% que se considera branco, 27,03% pardo, 9,46% preto e 1,35% amarelo. A maioria dos alunos é residente na zona urbana (86,49%) e a renda familiar predominante de suas famílias, com 41,89%, é entre dois a quatro salários mínimos. Somente 8,11% destes alunos trabalham, o que se justifica em função de serem alunos adolescentes, ainda não ingressados no mercado de trabalho.

Nenhum aluno deste Curso menciona ter alguma necessidade específica e 70,27% é proveniente de escola pública. Sobre a escolaridade das mães dos alunos, 22,97% delas têm o ensino médio completo e 18,92% têm o ensino superior. Já sobre a escolaridade dos pais, 28,38% deles têm o ensino médio e 20,27% cursou até a quarta série.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio: um desafio

O objetivo do Curso Técnico Integrado em Mecânica, segundo o seu PPC – Planejamento Pedagógico do Curso, é formar técnicos em Mecânica para atuar no setor produtivo, oferecendo também a formação de nível médio, na qual o aluno irá adquirir conhecimentos necessários para prosseguir no ensino superior. A Matriz Curricular está organizada em três núcleos: núcleo estruturante, composto pelas grandes áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias); núcleo articulador, composto por unidades integradoras de saberes da formação profissional e da formação do ensino médio; e finalmente o núcleo tecnológico, composto por unidades curriculares específicas da formação do técnico em Mecânica.

Desde o início do curso, os professores e equipe pedagógica têm se deparado com alguns desafios e um dos mais discutidos tem sido o índice de repetência. Conforme dados informados pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Câmpus Itajaí do IFSC no começo do segundo semestre de 2017, tem-se o registro dos índices de repetência das quatro turmas deste Curso Técnico, entre os períodos de 2015/01 a 2016/02:

Turmas	Semestre	Módulo	Matrícula Inicial	Total de Matrículas no Módulo	Reprovados	Índice de reprovação no módulo	Evadidos	Pendentes (reprovação em até duas UC ou frequência < 75%)	UC com maior índice de reprovação
1 ^a	2015/01	I	40	40	17	42,5%	2	12	Mat ¹ -28
	2015/02	II		23	3	13,04%	0	4	Fís ² – 7

	2016/01	III		24	2	8,3%	1	8	Mat – 8
	2016/02	IV		21	0	0%	1	3	Rmt ³ – 5
2 ^a	2015/02	I	42	59	17	28,81%	11	17	Mat – 30
	2016/01	II		35	14	35%	1	10	Mat – 17
	2016/02	III		27	0	0%	6	5	Des ⁴ – 3
3 ^a	2016/01	I	41	60	16	26,67%	14	6	Mat – 20
	2016/02	II		46	13	28,26%	8	12	Mat – 18
4 ^a	2016/02	I	40	57	10	17,54%	21	8	Mat – 12

Tabela 1.: dados sobre a repetência no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica do Câmpus Itajaí do IFSC, em quatro turmas, entre 2015 a 2016.

¹Matemática, ²Física, ³Resistência dos materiais, ⁴Desenho Técnico.

É evidente, ao analisar os dados da tabela, que o primeiro módulo é que obtém o maior índice de reprovação com 42,5%, 28,81%, 26,67% e 17,54% para as quatro turmas no Curso, respectivamente. É curioso perceber, também, que se predomina as Unidades Curriculares – UC de matemática e física, quando se analisa todas as reprovações.

Também cabe salientar que a cada semestre os índices de reprovação têm diminuído nos primeiros módulos, bem como, tem diminuído também nas turmas, a cada módulo. Contudo, visto que o número de alunos matriculados cai a cada semestre nas turmas, por se evadirem (desistirem, cancelarem, trancarem ou transferirem o Cursos) é esperado que o número de repetentes daquele módulo caia também.

A reprovação, ainda que diminua a cada semestre, mostra-se um fenômeno predominante e sua análise é necessária para não haver a sua “naturalização”. Contudo, apontar os fatores que influenciam os índices de reprovação para uma

suposta intervenção é relativa e complexa, uma vez que são vários os fatores que podem interferir no fenômeno da repetência.

Uma hipótese é o acompanhamento do desenvolvimento e desempenho escolar dos alunos pelo Setor Pedagógico e Professores. O que tem ocorrido há um tempo, desde que o Câmpus foi implantado, há seis anos, em quase todos os cursos, sabido a partir do relato em conselhos de classe, é que alguns professores não fazem o registro da frequência dos alunos no início das aulas e deixam para fazê-lo somente na entrega dos diários de classe. Além disso, o registro das notas nos diários online também é realizado só no final do semestre. Isto dificulta o acompanhamento do desempenho dos alunos, impossibilitando a identificação das causas dos problemas para intervenção e encaminhamentos dos mesmos a tempo, antes do encerramento do semestre.

O que se observa também a partir do relato dos professores em Reuniões, é que os alunos não tem o hábito de estudo e são poucos os que frequentam os atendimentos ao discente. Esta falta do hábito de estudo, atrelada à falta de conhecimentos anteriores, pode sim impedir o desenvolvimento acadêmico do aluno. Contudo, questiona-se se são somente estes fatores que causam e influenciam a repetência.

Esta situação também tem interferido em questões administrativas, uma vez que alguns servidores mencionam que com o alto índice de reprovação há a necessidade de se fazer a dobra das turmas, o que acaba por dobrar também a carga horária docente, exigir mais espaço físico, dentre outras situações. Sabe-se que o contexto político e econômico do Brasil no ano de 2017 não viabiliza a contratação de mais servidores, bem como, não há recursos para o aumento do espaço físico do Câmpus.

Ainda no que se refere a questões administrativas, durante o processo de revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas – POCV, que aconteceu em 2016/01, começou a surgir discussões no Câmpus em relação à contratação de mais docentes, tendo como justificativa o aumento da Carga Horária deste segmento em sala de aula principalmente em função da reprovação. Há também docentes que

sugerem a redução da oferta de vagas pela metade nos Cursos Integrados para que não haja a dobra das turmas. Contudo, sabe-se que o recurso para o Câmpus é calculado mediante número de alunos matriculados, o que acarretaria outro problema: falta de recursos para manter o Câmpus em funcionamento. Esta alternativa pode ser pouco viável e até perigosa para o futuro do Câmpus.

Há também professores que entendem que ao modificar a forma de ingresso ao Curso para exame de seleção, somente alunos “preparados” e sem problemas de aprendizagem ingressarão, reduzindo assim, os índices de reprovação. Contudo, percebe-se, que esta medida estaria em desacordo com um dos objetivos da Rede Federal que é o atendimento à população interiorana e em vulnerabilidade social. Conforme aponta Vidor et al. (2011), para que se possa garantir a inclusão no ambiente escolar e, conseqüentemente, novas formas de inserção no mundo do trabalho, é essencial a adoção de medidas consistentes para democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para o autor, as cotas para oriundos de escola pública e para afrodescendentes, assim como, o sorteio público são iniciativas que devem se manter.

Ainda nesta perspectiva, sabe-se que alguns docentes compreendem que os Institutos Federais têm os mesmos objetivos e o público que as Universidades Federais. Na Universidade, os alunos são adultos e já tem sua autonomia para lidar com os vários aspectos da vida. Já em um Curso Técnico na forma Integrada ao Ensino Médio, os alunos são adolescentes e demandam outros processos interativos e preparo por parte dos servidores e da Instituição. O que se percebe é que alguns professores passam a focar a sua prática pedagógica não levando em consideração os aspectos sociais e psicológicos do aluno adolescente ingressante.

Isto porque, conforme Rampelotto et al (2015), o adolescente enfrenta um período de vulnerabilidade decorrente da transição do período de criança/adolescente/adulto. Há neste período o desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social atrelado aos esforços do adolescente de alcançar às expectativas culturais da sociedade em que vive (EISENSTEIN, 2005). Neste sentido, o que se percebe, a partir do relato dos servidores em reuniões e

convivendo no Câmpus, é que os alunos trazem demandas e sinalizam a necessidade de se discutir em sala de aula ou outros espaços dentro da escola, mais sobre sexualidade, uso de drogas, bullying, influencia dos amigos na vida e até mesmo sobre depressão e suicídio.

Para tal, é importante que a escola esteja preparada para atuar com estas questões, bem como, que o professor consiga alinhá-las dentro da sua prática, buscando levar estes temas transversais, já previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, para a sala de aula. Isto porque, parte-se do princípio que, conforme ideais da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, a aprendizagem e o desenvolvimento só ocorrerão em um contexto cultural, a partir das interações entre os sujeitos. A mediação do professor para a aprendizagem do aluno se faz essencial e cabe a ele reconhecer para atuar nesta perspectiva.

Para conseguir sensibilizar os professores para se atentar a estas questões, uma estratégia é a oferta de Capacitação e Formação Continuada para os docentes. Entretanto, os momentos de Atividades Pedagógicas que acontecem duas vezes por ano letivo e não têm o envolvimento esperado. Há, desta forma, a necessidade de sensibilizar e mostrar a importância de momentos de reflexão e capacitação aos docentes.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Para levantar os fatores que influenciam o fenômeno da repetência no Curso Técnico Integrado em Mecânica do Câmpus Itajaí do IFSC foram aplicados questionários semi-estruturados com os seguintes segmentos: docente (10), discente (10), gestão escolar (3), equipe pedagógica (4). Usou-se a ferramenta online “Limesurvey” Versão 2.06, na qual foi possível desenvolver quatro (4) questionários diferentes, um para cada segmento. O link para o preenchimento dos questionários foi enviado via rede social “Whatsapp” a todos ou também por e-mail. Para os alunos, em particular, o contato também foi feito via ligação telefônica

também, em função desta pesquisa ter sido realizada em período de recesso escolar.

Os questionários da gestão escolar, da equipe pedagógica e dos docentes eram iguais, compostos da seguinte forma: duas perguntas abertas, o que possibilitou a variedade e riqueza de respostas, sendo a primeira relativa às fatores que os mesmos identificavam como influentes no processo de repetência e outra sobre o que estes têm feito para auxiliar na diminuição deste fenômeno. Em outra questão, eles foram solicitados a hierarquizar os fatores que podem influenciar na repetência, de forma a verificar quais fatores têm uma influência maior e quais fatores têm uma influência menor neste fenômeno. Já o questionário dos alunos era composto por quatorze perguntas fechadas relativas à relação e à visão destes diante da escola e uma pergunta aberta questionando quais fatores influenciam no fenômeno da repetência.

3.2.1 OS FATORES QUE CAUSAM A REPETÊNCIA

Para a gestão escolar, Direção Geral, Chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e Chefia do Departamento de Administração, o que tem causado o alto índice de repetência é a falta do hábito de estudos pelos alunos (3) e limitações na educação do ensino fundamental (2). Além disso, foi mencionado que os alunos não têm o costume de aprofundar os conhecimentos no ensino fundamental e sentem essa dificuldade no ensino médio (1). Ou seja, predomina-se a ideia de que a culpa da repetência é do aluno. Ainda, mencionou-se que falta capacitação para os professores para diversificar as estratégias e práticas de ensino-aprendizagem (2). Sabe-se, porém, os docentes passam por capacitação todos os anos e, inclusive, podem alocar carga horária para atividades de capacitação e qualificação, conforme Art. 3º, inciso V, da Resolução nº 23/2014 do Conselho Superior do IFSC.

Já para a Equipe Pedagógica (EP), ficou bastante evidente que são vários os

fatores que têm causado o alto índice de repetência. Para as quatro servidoras participantes, a repetência é uma questão bastante complexa. Uma delas coloca que a proposta de um currículo integrado é desafiadora para toda a Instituição, seus docentes, técnicos e, especialmente, alunos. Além disso, para esta mesma servidora da EP, os alunos que ingressam no Ensino Médio já enfrentam vários outros desafios na vida, decorrentes e característicos da adolescência: “considerada a fase entre a dependência e a autonomia (sic)”. Neste sentido, esta servidora questiona a função do Ensino Médio para este público e as rotinas e práticas dos discentes. Ainda conforme esta servidora, na prática, a dificuldade do aluno em compreender que ele é o protagonista da sua própria aprendizagem, acaba se refletindo no “não querer”. Há pouco estudo em casa por parte dos alunos e pouca organização para os estudos.

Também para as servidoras da EP, há a desvalorização social da cultura do estudo. Este “descaso” com a educação, conforme apontado por Damasco, Costa e Negreiros (2016), traz inúmeras consequências ruins à escola, como a falta de compromisso que não diz respeito somente ao aluno, mas também do governo, da própria escola, do corpo docente e das famílias. Ainda conforme as servidoras, ocorre a não identificação da usabilidade dos conteúdos apreendidos em sala de aula pelos alunos. Ora, visto que a Matriz Curricular do Curso tem uma área específica somente para integrar disciplinas do ensino médio e ensino técnico, questiona-se, portanto, de que forma este núcleo articulador tem organizado suas práticas para esta não identificação dos conteúdos ainda ocorrer.

A EP destacou também a falta de conhecimento dos alunos e da família a respeito da especificidade da educação profissional e tecnológica. Isto de fato ocorre visto que o Câmpus Itajaí está em fase de criação de sua identidade no município e na região. Desta forma, é comum os alunos e suas famílias associarem o IFSC com as outras escolas regulares que ofertam Ensino Médio focando na aprovação de seus alunos no vestibular. A EP informou, também conforme a Gestão Escolar, da falta de uma política de formação para docentes, defasagem e fragilidade na aprendizagem dos conteúdos do ensino fundamental, engessamento das práticas avaliativas e o

desconhecimento se a forma de trabalho usada pelo corpo docente e equipe pedagógica atende às necessidades dos alunos.

Já os docentes mencionaram as seguintes causas: currículo não adequado ao público atendido, este que deveria ser revisto (2); “docentes que se preocupam mais em vencer o conteúdo programado não importando o quanto o discente está assimilando (sic)” ou ainda, “a quantidade em excesso de conhecimento que é repassado aos alunos (sic)”. Nestas várias afirmações, pode-se perceber a necessidade de se rever não somente o Currículo do Curso, mas também, a forma com que os docentes estão se organizando para atuar.

Ainda, conforme os docentes, há alunos sem o hábito de estudo e que não se dedicam/engajam (4). Estes docentes informaram que há alunos que não se interessam com a área da mecânica (4) e que os alunos não tem o conhecimento prévio para ingressar no Curso (3). Ainda, para um docente, falta o entendimento do que se constitui o processo de ensino e aprendizagem pelo aluno. Ou seja, pode-se novamente se perceber que o fenômeno da repetência e do fracasso escolar se volta ao aluno.

Um docente coloca que alguns professores não têm o preparo e o manejo para ministrar aulas para alunos adolescentes, “exigindo, em algumas situações, um nível de conhecimento que seria de aluno de ensino superior (sic)”. Assim, é notório que os docentes precisam participar de capacitações para melhorar a sua prática e identificar qual é o público, ou os públicos, que atuará e suas especificidades.

3.2.2 HIERARQUIZAÇÃO DOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA REPETÊNCIA

Foram apresentados 10 fatores que podem influenciar no fenômeno da repetência no Curso Técnico Integrado em Mecânica do Câmpus Itajaí do IFSC, conforme quadro abaixo:

	FATORES
--	----------------

a	Falta de motivação / vontade de estudar ou falta do hábito de estudos;
b	Condição médica ou mental/cognitiva (ex.: deficiência auditiva/visual/motora ou dificuldade de aprendizagem/deficiência cognitiva/síndrome ou transtorno mental/dislexia, dislalia);
c	Deficiência de conhecimentos base;
d	Condição psicológica (ex.: uso de drogas, bullying, depressão, histórico de abuso);
e	Desconhecimento/desvalorização da importância e do impacto do estudo na vida;
f	Questões familiares (ex.: pais ausentes, negligência);
g	Vida Profissional do Aluno;
h	Falta ou deficiência na explicação e orientação dos professores;
i	Deficiência no currículo do curso;
j	Deficiência no sistema de ensino.

Tabela 2.: fatores apresentados aos participantes para se realizar a hierarquização.

Solicitou-se que os participantes organizassem estes fatores de forma a elegê-los como mais ou menos influentes no processo de repetência. Para a análise destes dados, cada posição recebe um valor, por exemplo, posição 1, com 10 pontos; posição 2, com 9 pontos; posição 3, com 8 pontos; e assim sucessivamente, até se chegar a posição 10, com 1 ponto. As respostas dos três segmentos (gestão escolar, EP e docentes) foram compiladas e foi feita a contagem de quantas vezes cada fator foi indicado nas diversas posições. Após isso, colocaram-se os dados de cada fator na seguinte fórmula: $(q_1 \times v_1) + (q_2 \times v_2) + \dots + (q_{10} \times v_{10}) = p$ (pontos do fator), sendo **q** a quantidade de vezes que o fator foi indicado na posição e **v** o valor atribuído à posição. Após obter o valor de cada fator nas posições que lhe foram atribuídas, somou-se todos os pontos de cada fator. Assim, obtiveram-se os seguintes resultados:

PONTOS	FATORES
a= 137	Falta de motivação/vontade de estudar ou falta do hábito de estudos;
e= 129	Desconhecimento/desvalorização da importância e do impacto do estudo na vida;
c= 127	Deficiência de conhecimentos base;
j=106	Deficiência no sistema de ensino;
h=90	Falta ou deficiência na explicação e orientação dos professores;
f=88	Questões familiares (ex.: pais ausentes, negligência);
i=81	Deficiência no currículo do curso;
d=66	Condição psicológica (ex.: uso de drogas, bullying, depressão, histórico de abuso);
b=56	Condição médica ou mental/cognitiva (ex.: deficiência auditiva/visual/motora ou dificuldade de aprendizagem/deficiência cognitiva/síndrome ou transtorno mental/dislexia, dislalia);
g=55	Vida Profissional do Aluno.

Tabela 3.: fatores em ordem, após resultado da hierarquização realizada pelos participantes.

Analisando-se os dados, percebe-se que ainda se tem a percepção que os fatores que mais influenciam no fenômeno da repetência são os fatores “internos” ao aluno, ou seja, a causa está “nele”: falta de motivação, desconhecimento e desvalorização da importância do impacto dos estudos na vida e deficiência de conhecimentos base. Este dado já foi salientado em pesquisa por Navarro, Nakayama e Prad (2016 apud Damasceno, Costa e Negreiros) quando os mesmos colocam que as dificuldades de aprendizagem são vistas ao se levar em consideração o “aluno padrão”, aquele que foge da categoria que possui “algum problema”. Aguiar corrobora com esta discussão, trazendo que:

A escola espera que os alunos venham prontos, com pré-requisitos, boas maneiras, disciplina para assistir e participar das aulas, hábitos de estudo, competência para ler e escrever bem, e que resolvam seus problemas fora da escola. Os alunos que chegam à escola sem esse perfil para atender as expectativas dos professores são discriminados e nada é feito para mudar esse quadro, e os alunos ficam sempre aquém do esperado. Um exemplo

disso são problemas que muitas vezes começam dentro da escola e diretores e professores não tomam providências para resolvê-los e os alunos os levam para a rua (AGUIAR, 2015, p. 46).

Só a partir do quarto fator que começam a surgir fatores “externos” ao aluno, como o sistema de ensino, falta ou deficiência na explicação dos professores, contexto familiar e deficiência no currículo do curso.

Após isto, surgem os fatores que envolvem questões psicológicas (uso de drogas, bullying, depressão e histórico de abuso) e médicas. Por último, tem-se a vida profissional do aluno. Faz sentido este fator ter sido considerado o menos influente visto que, conforme dados desta mesma pesquisa, são poucos os alunos que trabalham.

3.2.3 A PERCEPÇÃO DO PAPEL DO SERVIDOR PARA A DIMINUIÇÃO DO ÍNDICE DE REPETÊNCIA: ESTRATÉGIAS JÁ UTILIZADAS

Para a gestão escolar, seu papel para a diminuição do índice de repetência é promover a capacitação dos docentes, para a melhor compreensão do processo de ensino-aprendizagem, bem como, instigar a discussão sobre permanência e êxito com todos os servidores, não somente com os docentes. Além disso, fomentar trocas de experiências exitosas em situações de reprovações e incentivar políticas educacionais que favoreçam práticas e formações que inibam as reprovações também foram indicadas como estratégias para a diminuição deste fenômeno. Ainda, mencionou a necessidade de se aproveitar mais os recursos tecnológicos que o Câmpus oferece e fomentar parcerias com empresas que favoreçam os alunos e os motivem. A criação de um espaço que favoreça a integração e discussão entre aluno e a coordenadoria do curso também foi um aspecto a ser considerado. Além disso, é necessário “orientar e capacitar os servidores para um olhar mais humano ao aluno (sic)”.

As servidoras da EP colocam que atuam de forma multidisciplinar, analisando em conjunto e buscando propor estratégias para a superação das questões. Ainda,

informam que consideram importante identificar quais são as dificuldades do aluno, e, a partir disso, realizar o trabalho articulado com docentes e família. Além disso, o acolhimento e escuta são realizados, para se verificar as possíveis intervenções e resolução dos problemas.

Já os docentes colocaram que discutem a situação com a Coordenadoria Pedagógica quando se deparam com um aluno com dificuldade ou que dá indícios que reprovará, ou ainda, o chamam para o horário de atendimento ao aluno (6). Ainda, fazer provas de recuperação também está indicado com uma estratégia a ser realizada pelos docentes para ajudar o aluno com dificuldade, bem como, a realização das variadas formas de avaliações, como as teóricas, práticas e as apresentações orais em sala de aula. É realizada também a orientação em relação as técnicas de estudo, assim como “sobre o contexto de vida e as possibilidades de mudança de rumo que podem ser tomadas o quanto antes (sic)”. Além disso, conversa-se sobre o aluno assumir o papel de apropriação da sua própria vida e, quando necessário, chamar-se os pais para informar sobre a situação (2).

3.2.4 A REPETÊNCIA PELA PERCEPÇÃO DO ALUNO

Os discentes que preencheram ao questionário foram todos alunos repetentes no Curso Técnico Integrado em Mecânica no primeiro semestre de 2017 e estavam no primeiro, segundo ou terceiro módulo do Curso. Quando questionados se costumam fazer os deveres e/ou estudar antes das provas, 70% deles informou que sim e 30% deles que não têm este costume. É interessante mencionar, conforme Cooper (et al 2006 apud PAULA, 2012), que o trabalho fora da sala de aula tem um efeito positivo para o desempenho do aluno, contudo, o que não se sabe é se os alunos têm sucesso por fazer os deveres, ou fazem os deveres por serem bons alunos.

Já se os alunos participam das atividades de atendimento junto ao docente, tem-se que 40% deles participam e 60% não costuma participar. Cabe investigar neste caso, o que tem feito os alunos não participarem das atividades de atendimento,

visto que, a grande maioria deles não têm outras atividades que os impeçam de participar. Ainda, cabe investigar de que forma estes atendimentos estão ocorrendo, se de fato ajudam os alunos a sanar dúvidas.

Sobre se sentirem motivados a estudar, metade deles coloca que está motivado a estudar e a outra metade não. Estranhamente, quando questionados sobre a crença de que o conhecimento e o estudo são importantes para a vida, todos os alunos entrevistados (100%) informaram que sim. Ou seja, metade dos alunos não se sente motivado a estudar mas reconhece a importância do estudo na vida. Cabe aí trabalhar com estes alunos o que os têm feito perder a motivação nos estudos.

Este resultado (50% sim, 50% não) também apareceu quando os alunos foram questionados se acreditarem que estavam preparados para ingressar no ensino médio, após concluir o ensino fundamental. Ainda, tem-se que 30% dos alunos informam que já sofreram bullying na escola e 70% deles não, contudo, em relação ao sentimento de tristeza na maior parte do tempo, quando questionados, os alunos colocaram que 60% deles não chegaram a passar por isto, mas que 40% deles sim.

Quando questionados se seus pais os incentivam a estudar, apenas 10% informou que não tem recebido ou não recebeu este incentivo em casa. Ou seja, pode-se afirmar que o estudo tem sido incentivado pelas famílias. No que se refere a esta responsabilização das famílias no desempenho dos alunos na escola, o que se percebe, conforme aponta Paula (2012), é que esta tende a ser mais desfavorável para as classes populares, devido aos acessos diferenciados à recursos.

Já sobre a influência do trabalho nos estudos, não obtivemos nenhuma resposta, visto que o único aluno que trabalha, deixou em branco esta pergunta. Quando questionados se entendem a explicação dos professores, 60% deles informou que sim e para 40% a resposta foi negativa. Já em relação à busca de explicação junto aos professores, quando sentem dificuldades em sala de aula, para metade dos alunos a resposta foi positiva e para a outra metade a resposta foi negativa.

Os alunos também foram questionados se consideram que a forma que o curso está estruturado influencia na aprendizagem e 70% deles informou que sim e os outros 30% colocou que não. Dos 70% dos alunos que responderam positivamente

que a forma como curso está estruturado influencia na aprendizagem, 36,36% justificou sua resposta. Segundo eles, o IFSC tem uma “forma diferenciada de aprendizagem” e os “alunos têm muitas chances a partir de atividades que dão apoio para ajudar na aprendizagem”. Além disso, foi mencionado também que há professores muito bem preparados e que dão total atenção aos alunos. Para finalizar, questionou-se aos alunos se eles percebiam os professores empenhados e motivados em fazê-los aprender e 90% deles colocou que sim e 10% deles não percebe os professores empenhados.

Para eles, o que influencia o processo de reprovação é a falta de empenho nos estudos (4), a falta de interesse do aluno e pelo fato do ensino ser “puxado” demais e haver matérias e muitas provas na mesma semana (1). Um aluno menciona, contudo, que são feitas poucas provas de recuperação e alguns professores não sabem explicar a matéria e as dúvidas vão se acumulando. Outro aluno, por sua vez, informa que a repetência não está relacionada ao sistema escolar, que, para ele, está ótimo, mas sim a “total desatenção e irresponsabilidade do aluno”. Corroborando com esta questão, afirmou-se também que “nada influencia, basta o aluno querer, é o futuro que está em jogo”.

3.2.5 AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES PARA A DIMINUIÇÃO DO FENÔMENO DA REPETÊNCIA

Conforme apontado por Arroyo (1992), Patto (1992) e Angelucci et al. (2004), é preciso, acima de tudo, romper com a cultura da exclusão e com a concepção que o fracasso escolar é reduzida a questões individuais e psicológicas. Isto porque, mediante análise dos dados da pesquisa, nota-se que todos os segmentos indicaram o aluno como o principal responsável pelo fenômeno da repetência.

Neste sentido, salienta-se que cabe continuar com as intervenções focando o aluno, sem deixar de lado, é claro, todo o ambiente e o contexto histórico-cultural que o cerca. Também cabe lembrar, conforme apontado por Damasco, Costa e

Negreiros (2016), que as práticas pedagógicas em sala de aula, estas que são planejadas mediante compreensão de cada professor sobre o que é fracasso escolar, devem operar de forma a não reforçar este processo. Para tal, salienta-se a importância de se discutir em capacitações a concepção do fracasso escolar, apontando que este é um produto de modelos sociais vigentes.

Neste sentido, cabe fomentar a participação nestas capacitações de todos os servidores (técnicos e docentes) para se continuar com o trabalho multidisciplinar realizado pela equipe pedagógica. Cabe, também, estender as discussões sobre permanência e êxito com todos os docentes, isto porque, é necessário quebrar com a ideologia que o fracasso escolar é “patologizante” e é a partir da sensibilização e discussões críticas que isso será instigado. Até porque, o combate à repetência e à evasão precisa da atuação dos diferentes sujeitos da prática educativa.

É necessário verificar de que forma os atendimentos ao discente têm ocorrido, para que estes momentos também não sejam momentos de “exclusão”. Além disso, é relevante criar mais espaços de discussão entre os próprios alunos, tendo como objetivo fortalecer a inclusão social a partir dos temas transversais como, sexualidade, sociedade e meio ambiente, autocuidado, vida coletiva.

Continuar com as oficinas para o desenvolvimento do hábito de estudo é bastante relevante, assim como, para a orientação profissional e planejamento de vida. Esta última é essencial para se criar no aluno, diferentemente do que acontece nas classes mais baixas, a concepção de que ele pode construir um futuro promissor, de sucesso, a partir do estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável, a partir dos dados coletados e compilados, que o fator considerado mais influente no processo de repetência no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Câmpus Itajaí do IFSC é a falta de empenho, desinteresse e a ausência dos hábitos de estudos por parte dos alunos. Todos os segmentos, inclusive os próprios alunos, colocam que diante das possíveis várias causas, é o aluno quem é o “principal” responsável pela repetência.

É curioso e intrigante perceber que no discurso dos servidores (gestão escolar, equipe pedagógica e docentes) são várias as intervenções para ajudar o aluno a ter sucesso escolar (atendimento multidisciplinar, conversa com os pais, atendimento extraclasse para o aluno, atividades de recuperação, variadas formas de avaliação, formação continuada aos docentes). Contudo, justamente por eles saberem destas possíveis intervenções e quase sempre aplicá-las, uma hipótese é que estes servidores passem a se excluir do processo complexo que é a repetência, entendendo que este fenômeno não é mais de responsabilidade deles.

Percebe-se, assim, a predominância da cultura do “ajustamento” trazida por Patto (1992), segundo o qual as pessoas de classes mais baixas fazem parte de uma subcultura diferente da cultura da classe média na qual as escolas estão baseadas. Assim, a causa do fracasso escolar sempre recai nos alunos e em suas famílias.

Conforme coloca Arroyo (1992), essa cultura do fracasso se alimenta dele e se reproduz e trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe. Além disso, a cultura do fracasso “exclui” porque reprovar faz parte da prática de “ensinar-aprender-avaliar” e este fenômeno se materializou ao longo de décadas na própria organização escolar, no sistema de ensino. Contudo, as análises sempre se reduzem a supostas capacidades dos alunos e dos docentes e o grau de eficiência dos métodos.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ; Anete. Quem são as crianças multirrepetentes? In: ___ & MOLL, J. (orgs). Para além do fracasso Escolar. Campinas: Papirus, 1997.

AGUIAR, M. M. M. **Fracasso Escolar no Ensino Médio: as explicações dos professores, gestores e alunos**. 2015. 154. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

ALENCAR, E. R. D. Práticas em Psicologia Escolar/Educacional projeto: reprovei-me, e agora? Somma, Revista Científica do IFPI, v. 2, n. 1. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6cm5nW3fAWEJ:https://www5.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/download/83/106+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 15 de julho de 2017.

ANGELUCCI, C. B. et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 51-72, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v30n1/a04v30n1.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, A.; MOLL, J. (orgs.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, São Paulo, 1997.

BARRA, A. S. B. PACHECO, R. F. G. O Desempenho dos Estudantes dos 1º anos dos cursos técnicos de uma escola pública federal de Goiás nos anos de 2013 e 2014. Observatório em Debate. n. 2, p. 120 – 133. 2015. Disponível em: <http://observatorio.ifg.edu.br/index.php/obsdebate>. Acesso em 20 de junho de 2017.

DAMASCENO, M. de A; COSTA, T. S; NEGREIROS, F. Concepções de Fracasso Escolar: Um Estudo com Professores das Cinco Regiões Brasileiras. Revista de Psicologia, v.7 n.2, p. 8-21, 2016.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. Adolescência e Saúde. v. 2 n.2, p 1-2, 2005.

FAISSOL, K; BASTOS, M. C; Projecto Refazer: uma reflexão na reprovação a partir o olhar do aluno. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa, v. 5, n. 1, p 201 – 210. 2014. Disponível em: <http://observatorio.ifg.edu.br/index.php/obsdebate/article/view/98>. Acesso em 26 de julho de 2016.

FRANCESCHINI, V. L . C; MIRANDA-RIBEIRO, P; GOMES, M. M. F. A cor da reprovação: fatores associados à reprovação dos alunos do ensino médio. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 3, p. 773-786, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0773.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2017.

GATTI, B; et al. A reprovação na 1a série do 1o grau: um estudo de caso. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 38, p. 3-13, 1981. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1608/1601>. Acesso em 26 de julho de 2016.

GIL, N. de L. **Reprovação e Repetência Escolar: A configuração de um problema Político-educacional**. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 2015, Florianópolis.

GUERREIRO-CASANOVA, D. C; DANTAS, M. A. AZZI, R. G. Aspectos pessoais e escolares associados à autoeficácia acadêmica no ensino médio. Psicologia: ensino

e formação. n. 6, p. 72 – 94. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2017.

MOURA, E. M.; SILVA, J. C. Reprovação escolar: discutindo mitos e realidade. In: Simpósio de Educação: Formação de Professores no contexto da Pedagogia histórico-crítica, 2007, Cascavel: EDUNIOESTE, 2007. Disponível em:<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/trabalhos.html>. Acesso em 24 de julho de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SETEC - Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (2014).

NEVES, R. de A; DAMIANIM F. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. UNIrevista, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em:
<http://www.miniweb.com.br/Educadores/Artigos/PDF/vygotsky.pdf>; Acesso em 18 de julho de 2017.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. Psicologia USP, São Paulo, v. 3, p. 107 – 121, 1992. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100011. Acesso em 3 de agosto de 2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebel- dia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PAULA, S. G. **Desigualdades e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2012. 368. Tese - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Minas Gerais, 2012.

PINTO, A. B. M; DELGADO, J. P. F; MARTINS, A. M. de O. Significados e perspectivas do insucesso escolar no ensino profissional em Portugal. Revista Cadernos de Educação, n 51, p. 2 – 21, 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2oDu1QHG-1kJ:https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/6239/4334+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 16 de julho de 2016.

Portal INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Disponível em: portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais. Acesso em 26 de julho de 2016.

Plano Nacional de Educação 2014 – 2024: Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014 – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

XLIII Encontro Nacional de Economia, 2014, Florianópolis. **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia: s/ Editora**, 2015. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2015/>. Acesso em 26 de julho de 2016.

RAMPELOTTO, R. F; et al. Educação em Saúde na Adolescência: uma experiência acadêmica com alunos de escola pública. In: Anais do VII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 7, n. 3, 2015. Disponível em: <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/15175/4801>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

SILVA, T. O. C; et al. Reprovação escolar no Ensino Médio integrado à Educação Profissional: uma análise do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Câmpus Ivaiporã. Pesquisa e debate em Educação, v. 5, n. 1. p. 42 – 61. 2015. Disponível em: <http://www.revistappgp.caeduff.net/index.php/revista1/article/view/122>. Acesso em 14 de julho de 2016.

SHIRASU, M. R; ARRAES, R. de A. Determinantes da Evasão e Repetência Escolar. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 46, n. 4, p. 117-136, 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:z-yIGMNsJawJ:https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/download/607/482+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 25 de julho de 2016.

SILVA, P. B. C. et al. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 445-476, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n91/1809-4465-ensaio-24-91-0445.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2017.

SOUSA, S. Z; Avaliação: da pedagogia da repetência à pedagogia da concorrência? In: XV ENDIPE – Encontro nacional de didática e prática de ensino convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: políticas e práticas educacionais. Coleção didática e prática de ensino: convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Autentica, 2010, p. 104-127. Disponível em: https://perdigital.files.wordpress.com/2011/04/livro_3.pdf. Acesso em 25 de julho de 2016.

VASCONCELLOS, S. de S. A Repetência Escolas uma forma de exclusão? Um estudo de caso etnográfico. InterMeio: revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 19, n 37, p. 201-215, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2367/1471>. Acesso em 15 de julho de 2017.

VIDOR, A. et al. Institutos Federais: Lei nº 11 892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. In: PACHECO, E. (org.) **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Moderna, 2011.